

NACIONALISMOS DE OPOSIÇÃO – COMUNISTAS E RADICAIS DE DIREITA NO PERÍODO DO ESTADO NOVO SALAZARISTA

Ana Filipa Guardiã

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

*A nação é uma comunidade humana, estável, historicamente constituída, nascida sob a base de uma comunidade de língua, de território, de vida económica e de formação psíquica, que se traduz numa comunidade de cultura.*¹

Josef Estaline

*Para nós [...] existe uma realidade suprema, realidade forte e luminosa que se impõe inteira à nossa consciência e à qual totalmente nos subordinamos: a Pátria portuguesa, a Nação, una, indivisível, cuja Unidade e Grandeza Mundial nos propomos fanaticamente a defender.*²

José O'Neill

Envolto num debate profundo desde que tomou forma, o termo *nacionalismo* tem adquirido diversas facetas e interpretações que se colocam num espectro dividido por duas escolas principais: a da nação como formação cívica e política, que surge da tradição anglo-francesa e que tem como base as definições de Emmanuel Sieyès, Stuart Mill e Ernest Renan; e a da nação como produto de um processo cultural de uma determinada população, alicerçada nas posições de Herder e Fichte.

O que pretendemos será a verificação de como a primeira visão acerca do nacionalismo, em que o fenómeno é interpretado como ideologia utilizada por diversos movimentos políticos para obter o poder estatal, se adequa aos movimentos que surgiram na oposição ao Estado Novo português tanto no

¹ Josef Estaline, «Le Marxisme et la Question Nationale» em José Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta da China, 2008, p. 112.

² José O'Neill, «Na Hora Própria», *A Nação*, 23 de Fevereiro de 1946, p1. em Riccardo Marchi, *Folhas Ultras – As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p.97.



espectro da esquerda (comunismo) como da direita radical. Daqui advém a pergunta de partida que guiará a linha do presente exercício de exploração: *Que nacionalismos de oposição surgiram no período do Estado Novo salazarista?* A compreensão de um fenómeno tão complexo como é o do nacionalismo, implica ainda colocar algumas questões complementares: *Que diferenças e semelhanças mostraram os movimentos da direita radical e da extrema esquerda na sua proposta de nação ideal? Quais os métodos que utilizaram para mobilizar o todo populacional? Que visão tiveram estes movimentos acerca da questão imperial ultramarina?*

Como ponto de partida recorreremos à definição do termo elaborada por John Breuilly em que o *nacionalismo* surge como «referência a movimentos políticos que procuram ou exercem o poder estatal e que justificam as suas ações com argumentos nacionalistas»³, sendo que um argumento nacionalista emerge como uma doutrina política assente em três aceções básicas: a primeira de que existe uma nação com um carácter específico; a segunda de que os interesses e valores desta nação são prioritários a quaisquer outros; e finalmente, de que a nação terá de ser tão independente quanto possível, ou seja, que haja soberania política⁴.

O nacionalismo torna-se, por isso, numa apropriação dos movimentos políticos para justificar, recorrendo à unidade que é a nação, os seus objetivos, mobilizando o todo populacional para uma causa que, surgindo como cúpula às ideias intrínsecas a cada movimento, passa também a ser a sua.

O SURGIMENTO DO NACIONALISMO E DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS NO ESTADO NOVO

A imagem do *Portugal aos portugueses* surge de duas conjunturas críticas principais. A primeira com o Ultimato Britânico efetuado em 1890. A segunda com despoletar da Primeira Guerra Mundial e participação de Portugal na mesma. Estes dois marcos históricos contribuíram para a reconstrução ideológica de diversos nacionalismos em Portugal, especialmente aqueles de cariz monárquico, republicano e católico.⁵

Não poderemos, no entanto, afirmar a inexistência da alusão a uma identidade nacional portuguesa anterior a estes dois acontecimentos. Portugal, um país com as suas fronteiras definidas desde cedo e com demonstrações de identidade popular, ou seja, não apenas por parte de uma elite letrada, face ao “outro” seja ele o castelhano ou o francês napoleónico, iniciara cedo o seu processo de consolidação do Estado-Nação.

³ *Op. Cit.*, p. 2.

⁴ *Ibidem.*, p. 2.

⁵ Cf. Ernesto Castro Leal. *Nação e Nacionalismos – A Cruzada de D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p.283.



O que está em causa, para os diferentes tipos de nacionalismo mencionados aos quais se pode atribuir o rótulo de mais vinculados, ou pelo menos, de mais explícitos, será, não a procura de uma união nacional onde ela não existia anteriormente, mas de uma interpretação daquela que seria a *nação ideal* para o país, destacando principalmente a forma de governo enquanto baluarte da defesa do seu argumento. Os movimentos que aqui tomarão um papel de destaque no quadro da direita radical e tradicionalista portuguesa colocarão o seu estandarte na causa monárquica como oposição à república vigente, tanto no que diz respeito ao período da I República como à forma de governo praticada no período do Estado Novo que operava em termos semelhantes. Destacamos, por isso, os movimentos que surgiram a partir do Integralismo Lusitano, do Nacional-Sindicalismo e do catolicismo como fazendo parte de uma esfera política que, coadunando com o regime salazarista, defendiam uma causa maior em nome da nação: a causa monárquica.

O estandarte das fileiras da direita radical é o da contrarrevolução.⁶ Nesta causa destacamos a figura de um germanófilo e integralista convicto que via na república e na sociedade que essa forma de governo trouxe, uma inércia e uma desmotivação quanto às causas nacionais por ele defendidas. Referimo-nos a Alfredo Pimenta, o homem que representava o elo entre o passado e o futuro da tradição. O legado deste autor destaca-se no período pós-1945. A sua posição germanófila durante e após a II Guerra Mundial, afasta-o dos principais meios monárquicos e católicos. Não obstante, Pimenta conseguiu penetrar numa franja da direita radical que, tendo como base o conservadorismo, defendia uma ação nacional ligada ao fascismo. A sua linha de pensamento pró-germânica encontrava-se intimamente ligada à questão imperialista e monárquica: a sua luta contra o republicanismo prendia-se com uma oposição maior à democracia e ao comunismo que, na sua ótica, eram «duas faces da mesma moeda»⁷ - «A Democracia é o Comunismo em potência; o Comunismo é a Democracia em ato, A Democracia, vivendo, desenvolvendo-se, realizando-se, resolve-se em Comunismo. Este não é a sua negação; é o seu *aboutissement*, como dizem os franceses, a sua *Reifen* como dizem os alemães.»⁸

Pimenta colaborou com algumas revistas e fez as suas comunicações para um público específico: os jovens. Era neles que via o «futuro da ideia e da obra de reconstrução nacional.»⁹ Eles representavam uma geração – a geração de 41 –

⁶ Cf., Riccardo Marchi. *Folhas Ultras – As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

⁷ Alfredo Pimenta, «As Realidades», *Esfera*, 20 de Dezembro, 1944, p.4, em Riccardo Marchi. *Folhas Ultras – As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 42.

⁸ Alfredo Pimenta, «Correcção Necessária», *Esfera*, 20 de Dezembro, 1944, pp. 10-11, em Riccardo Marchi. *Folhas Ultras – As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 42.

⁹ Riccardo Marchi. *Folhas Ultras – As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 68.

que refletiria nos seus movimentos o legado do «mestre da contrarrevolução»¹⁰.

Do lado oposto do espectro político, e com reivindicações que fogem completamente à marca conservadora dos nacionalismos antes mencionados, encontra-se um partido que, movimentando-se dentro do pluralismo salazarista¹¹, sofre uma alteração no seu *modus operandi* que parte tanto de influências externas como de questões internas: o Partido Comunista Português (PCP).

Dentro das teorias marxistas que abordam o tema do nacionalismo, podemos destacar o texto de Josef Estaline, *A Questão Nacional e a Social-Democracia* de 1913, como o mais relevante por duas razões distintas: antes de mais porque é o primeiro a utilizar a terminologia nacionalista, sendo o texto intitulado de “questão nacional”, e em segundo lugar por se mostrar determinante para as gerações marxistas seguintes, sendo traduzido em várias línguas e publicado e citado inúmeras vezes.¹² Neste artigo surgia a definição de nação que marcaria a influência da perspetiva nacionalista de Estaline nos partidos comunistas existentes e emergentes: «A nação é uma comunidade humana, estável, historicamente constituída, nascida sob a base de uma comunidade de língua, de território, de vida económica e de formação psíquica, que se traduz numa comunidade de cultura.»¹³.

O nacionalismo que surgira nas teses marxistas seria demonstrado na prática com o fim da III Internacional em 1943, ato que o PCP veria como justificativo já que «"Internacional" não podia mais traduzir os sentimentos dos povos soviéticos»¹⁴ porque estes eram separados por fronteiras nacionais. Este sentimento não era exclusivo do PCP. Por toda a Europa, e principalmente na França – movimento que serve de primeira inspiração para os comunistas portugueses –, o comunismo voltava-se para a nação. Assim, e como afirma José Neves, «[o] nacionalismo comunista – deve ser por excelência compreendido enquanto fenómeno “não nacional” e a sua problematização a partir da história do PCP coloca-nos de imediato no plano de uma história mundial do comunismo».¹⁵.

¹⁰ *Ibidem.*, p. 79.

¹¹ Cf. Rui Ramos; Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, pp. 650-58.

¹² Cf. José Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta da China, 2008, pp. 111-125.

¹³ *Op. Cit.*, p.112.

¹⁴ *Avante!*, n.º 49, Fevereiro de 1944, p.4, em José Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta da China, 2008, p. 40.

¹⁵ *Op. Cit.*, p.392.



O fim da Internacional veio coincidir com o período em que o PCP se reorganizou. Se até à década de 30 podemos observar nele uma ideologia vincada em torno do universalismo, a partir de meados dessa década e principalmente do decénio seguinte, a sua reorganização interna desenharia um novo objeto sobre o qual o partido se iria debruçar: uma unidade que deixa de ser completamente universal e que passa a ter fronteiras nacionais. «O internacionalismo tornar-se [assim] uma arma ao serviço do nacionalismo.»¹⁶; «a nação [...] deixa de ser parte do *problema* para se tornar parte da *solução*».¹⁷ A nacionalização do comunismo partiu de duas figuras dentro do PCP ainda antes da sua reorganização. Após o VII Congresso da Internacional Comunista, Bento Gonçalves elaborou uma contestação ao fascismo e ao regime que se havia implantado em Portugal desde 1926. A hora de Salazar havia passado, mostrando-se improfícua para as necessidades do país face à crise do liberalismo e, por isso, chegara o momento do Partido Comunista agir. O *Avante!* publicava a constituição da Frente Popular Antifascista que seria o principal foco de atenção para os comunistas, uma organização que teria em conta as especificidades nacionais do país e que se propunha encontrar as soluções para os problemas da nação portuguesa. Contra os tredos fascistas que conluíam com as potências autoritárias, o PCP respondia com uma viragem sobre a nação.

Pavel foi a segunda figura de proa que, após a prisão de Bento Gonçalves, tomando a direção do partido, iria dirigir a oposição ao regime salazarista no contexto da Guerra Civil de Espanha. É no argumento deste dirigente que se espelha bem a simbiose das visões mundialista e nacionalista dentro do comunismo. Se por um lado Espanha é o palco onde se «joga a mundialização da luta de classes», por outro, é o estandarte da luta nacional contra o imperialismo.

Pela oposição ao Estado Novo, afirmava-se, assim, a construção de um “bom” (comunista) e de um “mau” (salazarista) nacionalismo, e o PCP focava-se cada vez mais dentro dos limites das fronteiras nacionais.¹⁸

No final da década de 30, a prisão das figuras que lideravam o partido leva à reorganização do mesmo. Com uma estrutura orgânica mais organizada e complexa, bem como mais firme no terreno, o PCP via-se como «uma força política real no nosso país.»¹⁹ Neste novo objeto nacionalista, surgia o enfoque na família enquanto unidade, na paz face à guerra travada no palco europeu e mundial, na valorização da ruralidade e na nacionalização da classe trabalhadora. Aqui ficava patente a mudança de operacionalização do Partido Comunista que passa de defensor de uma visão inter-classista e mundialista

¹⁶ *Ibidem.*, p. 101.

¹⁷ *Ibidem.*, p. 395.

¹⁸ *Ibidem.*, pp. 127-34.

¹⁹ Duarte [Álvaro Cunhal], *A Actividade do Grupo Provocatório*, em José Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta da China, 2008, p.38.



para um papel de intermediário da reunião entre a classe operária sem pátria e a unidade nacional.²⁰

MENSAGEM E MECANISMOS DE MOBILIZAÇÃO

Em *Nationalism and the State*, Breuille advoga que não se pode desenvolver um entendimento do nacionalismo concentrando o objeto numa classe ou em qualquer outro tipo de análise socioeconómica. A grande diversidade dos movimentos nacionalistas modernos descarta esse tipo de abordagens. Porém, nos movimentos nacionalistas, como em quaisquer outros movimentos políticos, existem interesses tanto sociais como económicos.²¹ Daqui depreendemos a necessidade de uma mensagem clara que coloque o nacionalismo lado a lado com os restantes pressupostos ideológicos dos movimentos políticos, bem como a necessidade de mobilizar a população para um objetivo que se quer à escala da Nação.

A franja contrarrevolucionária radical da direita portuguesa, advogada da monarquia que remonta ao absolutismo miguelista, fixava mensagem monárquica como aquela que verdadeiramente representaria a nação idealizada. Havia assim, o espírito da contrarrevolução, contra os ideais proclamados pela Revolução Francesa que trouxeram a Portugal as ideias republicanas e democráticas de liberdade e igualdade. O objetivo era, por isso, o retorno à monarquia nos seus contornos absolutistas clássicos, sem espaço para fações, nem para o conflito de opiniões que levaria ao caos; era também o incremento do catolicismo compatível só com a forma de governo monárquica idealizada porque o poder absoluto derivava de Deus sendo a ele que se deve completa obediência.²² A mensagem começou por ser divulgada por Alfredo Pimenta, que combatia, no pós-II Guerra Mundial, contra o catolicismo progressista do papado que se afasta dos desígnios da *Accion Française*²³ e contra aquilo que designava de império comunista.

A mensagem contrarrevolucionária fez-se movimentar dentro de um grupo restrito. O seu teor, numa época em que o mundo celebrava a vitória da democracia e o fim do imperialismo germânico com os quais o regime salazarista se via obrigado a colocar em linha, não permitia a mobilização de muitos adeptos. Assim, o ideal nacionalista totalizante, monárquico e católico era divulgado somente em algumas revistas e palestras que pretendiam alertar principalmente a camada jovem da população.

²⁰ *Ibidem.*, p. 102.

²¹ *Op. Cit.*, p. 19.

²² *Vd.*, Riccardo Marchi. *Folhas Ultras – As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, pp. 48-68.

²³ Alfredo Pimenta, «Duas paragens na estrada...», *Esfera*, 20 de Março, 1945, p.4, em Riccardo Marchi. *Folhas Ultras – As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p.58.



Foi principalmente nas revistas *A Nação* e *A Mensagem* que Pimenta conduziu um grupo de jovens radicais à palavra pública. Na primeira participou ativamente, advogando os propósitos do movimento integralista, monárquico e católico, antidemocrático, anticomunista e anticapitalista. Os homens d'*A Nação*²⁴ tinham a clara intenção de criar uma frente nacionalista compacta mas o seu posicionamento face ao regime estado-novista era, segundo Marchi, delicado²⁵: se se opunham quanto à forma de regime em voga, viam em Salazar um modelo já que era graças à sua obra e doutrina que o governo operava em termos autoritários e antidemocráticos.²⁶

O semanário despertou o interesse de um substancial número de leitores: de contrarrevolucionários puros, a monárquicos tradicionalistas e republicanos de extrema-direita, de católicos integralistas aos jovens neofascistas, *A Nação* «era o único ponto de encontro das diferentes almas do nacionalismo radical português que tinham simpatizado com o fascismo e o nacional-sindicalismo e que, com a derrota do Eixo, sofriam com um grave desnorteamento político». Não obstante, o semanário direcionava a sua atenção particularmente para os jovens, os herdeiros do «nacionalismo integralista e dos ideais militarmente derrotados em 1945»²⁷.

A transmissão do propósito contrarrevolucionário deu os seus frutos. Em 1946 surgia o quinzenário *A Mensagem* levado a público por um grupo de jovens leitores conimbricenses²⁸ do semanário e perfilhado pelo próprio Alfredo Pimenta. No seu manifesto programático podemos identificar um tradicionalismo monárquico acompanhado pelo mito da fundação e tentações fascistas.²⁹

Porém, o ano de 1950 ditou o fim da vida tanto do quinzenário como de Alfredo Pimenta. Na década seguinte a mensagem contrarrevolucionária esmorecia e só nos anos 60 podemos vislumbrar um novo rumo para o nacionalismo da direita radical. No entanto, o fosso criado pelo abandono da

²⁴ O núcleo histórico do seminário era composto por: José O'Neill, Alfredo Pimenta, Plínio Salgado, César Augusto de Oliveira, Leo Negrelli, Joaquim Lança, Parente de Figueiredo, Francisco de Matos Gomes, Affonso de Carvalho, José Gonçalves de Andrade, Gabriel Pereira de Medeiros Galvão, A. Pinto Almeida, António G. Mattoso, Fernando Campos, Duarte de Almeida Toscano, Augusto Paes de Almeida e Silva, José Crespo de Carvalho, Cardoso dos Santos, João das Regras, Américo Urbano, Carlos da Silva Ramos, Pinto Herberts, Pedroso Pires de Lima, Francisco Bourbon, Neves da Costa, Gonçalves da Cunha, Orbelino Galdes Ferreira, Jorge Pelayo, Albertina Sguer, Duarte de Montalegre, Miguel Trigueiros, Francisco Ventura, Alberto Torriano, Lorenzo di Poppa, Carvalho Nunes, Ruy de Lemos, Lança Moreira, Juan de Áluta, Mirko Voinovitch, José Figuerõa, Luís de Quadros, Mario Sirimarco, Le Goulois, Polónios, Aetius, Cato. – Informação retirada de Riccardo Marchi. *Folhas Ultras – As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p.80.

²⁵ *Op. Cit.*, p.99.

²⁶ Riccardo Marchi. *Folhas Ultras – As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p.168.

²⁷ *Ibidem.*, p.81.

²⁸ O núcleo principal do grupo era formado por Caetano de Melo Beirão, António Faria de Pimental, José João Gonçalves de Proença, Carlos Guerra de Oliveira. Informação retirada de Riccardo Marchi. *Folhas Ultras – As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p.176.

²⁹ *Ibidem.*, p. 182.



mobilização, bem como o avançar de uma nova realidade histórica – a confrontação com uma realidade mundial bipolar cujos blocos exercem pressão para a descolonização portuguesa – fazia com que as novas gerações da direita radical nacionalista deixassem de advogar a causa restauracionista, a doutrina contrarrevolucionária ou o debate Monarquia vs. República. O nacionalismo de direita pretendia nesse momento defender a independência de Portugal enquanto Nação-Império.³⁰

Segundo Marchi, podemos classificar os movimentos da direita radical em quatro tipos de organização diferente: aquelas autónomas onde se destaca o Movimento Jovem Portugal (MJP), o movimento mais proeminente dos anos 60³¹, e os movimentos Jovem Europa (JE) e Frente Nacional Europeia do Trabalho (FNET) que representam as secções nacionais de movimentos alargados à escala europeia; as criadas pelo regime, onde se insere o segundo maior movimento à escala portuguesa, a Frente de Jovens Nacionalistas (FEN) que era subsidiada por personalidades do regime³²; aquelas que surgem a partir de dissidências com as estruturas do regime, onde se coloca o Movimento Vanguardista (MV), dissidente da Mocidade Portuguesa³³; e finalmente as católico-tradicionistas de onde sobressai o Centro de Estudos Sociais Vector (CESV) que, apesar de não poder ser considerado um movimento radical ou neofascista, continha elementos que defendiam esta ideologia.³⁴

A militância e mobilização destes movimentos juvenis, que tinha como principal objetivo despertar a atenção dos jovens para a questão nacional e imperial tinha, como refere Marchi, um maior fulgor na primeira metade da década de 60 na capital, capacidade essa que tenderia a desaparecer na segunda metade do decénio, dando lugar ao radicalismo de Coimbra. Estas organizações operavam principalmente no meio estudantil, quer académico, quer ao nível do secundário, promovendo ações de protesto (que muitas vezes chegavam à violência), e divulgando revistas, jornais ou boletins.

Segundo Marchi, «[n]unca existiu uma relação orgânica e recíproca entre o radicalismo nacionalista e o Estado Novo»³⁵ havendo somente uma rede de conexões entre personalidades do regime que sustentavam estes movimentos. No entanto, podemos notar que muitas das instituições do salazarismo tiveram um papel relevante na vida política do radicalismo de direita. A sua

³⁰ Riccardo Marchi, *Império, Nação e Revolução – As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Alfragide, Texto Editores, 2009, p.384.

³¹ Já que era o único que conseguia movimentar dois grandes núcleos sediados em Lisboa e Coimbra e ter uma penetração efetiva em diversos meios escolares, enquanto as restantes organizações se limitavam a núcleos restritos, com militantes na ordem das pequenas dezenas, tanto em Coimbra como na capital.

³² Há que ressaltar que, mesmo nas organizações autónomas, principalmente no que diz respeito ao MJP, houve subsídios por parte do regime, onde se pode destacar a campanha anticomunista do jornal *Combate* em 1964 e o assalto que o mesmo movimento fez à Sociedade Portuguesa de Escritores de 1965.

³³ Esta dissidência parte, primordialmente, da aversão destes jovens ao reformismo ditado por Marcello Caetano, do que propriamente por uma divergência daquela que era a unidade orgânica da Mocidade Portuguesa.

³⁴ *Op. Cit.*, pp. 391-94.

³⁵ *Ibidem.*, p.400.



propaganda raramente era censurada, a PIDE coadunava com a maior parte dos seus protestos, alguns movimentos tinham uma relação estreita tanto com a Legião como com a Mocidade Portuguesa, e os Ministérios do Interior, Negócios Estrangeiros e da Educação e o Secretariado Nacional de Informação tinham relações preferenciais com estes dissidentes.³⁶ Assim, e apesar de existirem manifestos contra o regime salazarista, não podemos aqui auferir uma relação de efetiva oposição ao mesmo, como aquilo que acontecia no espectro político da esquerda.

O Partido Comunista operava de uma forma bastante distinta. A sua ação não se limitava a um grupo restrito: movimentando-se na clandestinidade devido à sua oposição vincada ao regime, o PCP pretendia chegar essencialmente ao povo, desde o operariado assalariado ao rural. Em suma, pretendia chegar a *todo* nacional.

A mensagem comunista dividia-se em vários campos que acabariam, na prática, por estar intrinsecamente ligados. Após a II Guerra Mundial, o partido optava por ligar a questão da independência nacional ao perigo da guerra: afirmava-se «contra a participação portuguesa na estratégia diplomática e militar de governos ocidentais, contra interesses empresariais ocidentais nas colónias portuguesas ou ainda contra as bases militares estrangeiras em Portugal».³⁷ A luta pela paz afirmava-se também num outro campo trabalhado pelo partido. Como refere José Neves, não será por acaso que a figura mais estreitamente associada aos movimentos da paz seria uma mulher, Maria Lamas, que surgia em Portugal como porta voz de um movimento feminista mais alargado que tinha origem no período da II Guerra, associando a questão da emancipação das mulheres à salvação da nação portuguesa.³⁸

O enfoque principal do PCP seria, no entanto, a nacionalização da questão económica, na tentativa de valorizar o rural e nacionalizar o urbano. Aqui prendia-se a questão dicotómica do proletariado: se por um lado o imaginário comunista concebia um movimento operário universal, a nacionalização da economia pedia uma nacionalização desse mesmo proletariado. Na década de 50 o trabalhador passava a ser designado de *trabalhador português*³⁹ passando pelo mesmo protecionismo que o partido advogava à altura a para a economia portuguesa.⁴⁰ Para além disso, com o desenvolvimento da indústria, era crucial para o PCP passar a mensagem da necessidade da industrialização da

³⁶ Cf., Riccardo Marchi, *Império, Nação e Revolução – As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Alfragide, Texto Editores, 2009.

³⁷ José Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta da China, 2008, p.45.

³⁸ *Ibidem.*, p.45.

³⁹ *Ibidem.*, p.68.

⁴⁰ Como José Neves destaca, a nacionalização do trabalhador encontra-se ligada ao problema da emigração que Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes descrevem.



agricultura e, por isso da valorização da questão agrária. Aqui destacamos os trabalhos de Álvaro Cunhal e Júlio Fogaça em que se promovia a solidariedade nas relações económicas campo/cidade.⁴¹ Esta questão culminaria com o desenvolvimentismo patente na expressão «Portugal não é um País Pobre» que começou por ganhar forma em *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária* e atingiu o seu momento mais promissor em *Rumo à Vitória*.⁴² Por oposição direta ao slogan imperialista do regime «Portugal não é um País Pequeno», «Portugal não é um País Pobre», era a resposta dos comunistas na crença nas capacidades do país pelo investimento na indústria e agricultura⁴³, mensagem patente também no programa do partido de 1965, documento esse que acabaria por aglomerar as ideias dispersas em artigos de jornal ou manifestos.

⁴⁴

O programa situava a revolução necessária proposta pelo partido em três etapas distintas: na primeira os comunistas deveriam promover o desenvolvimento da economia nacional com o objetivo de criar condições para ultrapassar o capitalismo nacional; a segunda etapa consistia exatamente nessa superação por parte dos comunistas e da classe operária; e finalmente, depois da etapa nacional e da etapa socialista, chegaria a hora «do desenvolvimento harmonioso de todos os sectores e recursos da economia nacional»⁴⁵, ou seja, aquilo que Marx designara de trabalhos agradáveis, a sociedade comunista que é ela também nacional.⁴⁶

Finalmente, o PCP iria dar grande destaque à questão cultural. Se para os dirigentes e intelectuais comunistas a cultura era representada na sua forma erudita e progressista no binómio artes/letras, a condução da cultura às massas colocou em cheque esta posição canónica. Como refere José Neves, «[c]ultura continuou a ser texto literário e imagem artística, mas tornou-se também a designação de uma vasta esfera de atividades polarizadas no trabalho.»⁴⁷ Deu-se, assim, a adesão comunista à cultura popular, expressa, por exemplo, nas imagens laborais da foice e do martelo, que posicionava os comunistas mais uma vez em oposição ao Estado Novo por «integrarem na ideia de cultura a conflituosidade associada ao trabalho enquanto condição da luta de classes».⁴⁸ Não poderemos no entanto afirmar que a cultura popular imaginada no ideal comunista se restringisse à esfera laboral. No espaço e tempo de lazer, várias atividades acabaram por ingressar no seu imaginário

⁴¹ *Ibidem.*, p. 63.

⁴² Ambos os textos de Álvaro Cunhal.

⁴³ *Ibidem.*, pp.75-87.

⁴⁴ *Ibidem.*, p.68.

⁴⁵ *Programa do PCP – Aprovado pelo VI Congresso em 1965*, Edições Avante!, 1974, p.82, em José Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta da China, 2008, p.69.

⁴⁶ José Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta da China, 2008, pp. 69-70.

⁴⁷ *Ibidem.*, pp. 297-298.

⁴⁸ *Ibidem.*, p. 298.



que vão do campismo ao desporto, fenómenos que viriam a integrar a designada cultura de massas. Assim, as três culturas reportadas pelo imaginário comunista acabariam também por demonstrar o seu processo de nacionalização.⁴⁹

Devido à clara confrontação de ideias com o regime salazarista, o PCP, viu-se obrigado a operar de forma clandestina, o que levou à sua centralização. Uma das principais preocupações do partido reorganizado, seria então, a continuidade e existência tanto do partido como a dos seus militantes⁵⁰, que, ao contrário dos movimentos radicais de direita, foi bem-sucedida. Apesar de se mover num terreno armadilhado, o partido conseguiu, ainda assim, penetrar fortemente na população tanto no sector rural como no urbano. Das expressões mais claras da sua mensagem económica desenvolvimentista contam-se as greves na década de 40. É ainda de acrescentar que o PCP se apoiava num órgão de divulgação de informação, o *Avante!*, que, às dificuldades da época, teve um impacto substancial.

O NACIONALISMO E IMPÉRIO PORTUGUÊS

Nas décadas de 50 e 60 surgia como determinante a questão do império colonial. Depois da II Guerra Mundial e da vitória das democracias no Ocidente, colocava-se em cima da mesa a descolonização dos impérios europeus. Portugal, sob um regime ditatorial, não escapava às pressões infligidas tanto pelos países que iniciavam o processo de descolonização, como pelos Estados Unidos lado a lado com a Organização das Nações Unidas.

Os movimentos da direita radical, designados como autónomos ao regime, sofriam influências externas que juntavam a causa nacional à continuidade dos impérios ultramarinos. Estes advogavam a ideia do «universalismo integral»⁵¹, ligada à ideia de nação. O nacionalismo deveria, assim, ser um esforço para combater tudo o que retenha a sua ideia totalizante. É este facto que, em teoria, liga o nacionalismo à ideia de Império. Desta forma, é o Império que surge como fator central para estes movimentos. Como afirma Marchi, «[n]este sentido, o Império deve ser entendido como uma ideia-valor não gerada pelo Estado Novo, pelo autoritarismo, pelo fascismo, mas pela História, material e espiritual, de Portugal; uma História aprendida nas escolas, aprofundada nas conversações de família, filtrada pela retórica do regime como património não deste, mas da própria nação.»⁵². Defender o Império não significava, para os jovens militantes da direita radical, defender Salazar ou o regime por este edificado, mas defender Portugal e os interesses da nação.

⁴⁹ *Ibidem.*, p. 298.

⁵⁰ *Ibidem.*, p. 409.

⁵¹ António José de Brito, *O Destino do Nacionalismo Português*, 1962, p.87., em Riccardo Marchi, *Império, Nação e Revolução – As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Alfragide, Texto Editores, 2009, p. 60.

⁵² Riccardo Marchi, *Império, Nação e Revolução – As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Alfragide, Texto Editores, 2009, p.389.



Com o eclodir da guerra no ultramar a questão tornava-se ainda mais fulcral. Para o MJP, o importante a manter era a superioridade criadora do homem europeu civilizado expressa hierarquicamente. No entanto este era um imperialismo que colocava de lado a questão materialista, focando-se na «missão “lógica” e “cristã” [para] se elevar gradualmente os povos e nações ainda no estado primitivo».⁵³ A missão era, por isso, a de civilizar os povos “atrasados” pertencentes ao império.

A partir deste momento, notamos movimentações clarificadoras no que diz respeito aos militantes das organizações da direita radical: «os que não nutriam qualquer insatisfação em relação ao Estado Novo apertaram ainda mais os seus laços de fidelidade; os que se sentiam insatisfeitos com o regime puseram em segundo plano a sua insatisfação, para uma batalha julgada mais importante.»⁵⁴ Desta forma, a causa maior destes movimentos, acabava, assim, por os aproximar do regime.

Na sua missão de oposição ao regime bem como às ideias nacional-socialistas e fascistas que faziam perpetuar o imperialismo europeu nos anos 30 e na primeira metade da década de 40, o PCP, colocava também o acento na questão colonial. No entanto, esta apresentava contornos bastante dissidentes daqueles defendidos pela direita radical. Antes e durante a reorganização do partido, o ponto crucial para os comunistas seria a independentização da nação portuguesa face às investidas dos Impérios do Eixo, e também do imperialismo britânico, tanto no palco europeu como no africano. Assim, era preferível aos advogados do anti-imperialismo que o Império Português se mantivesse, como mal menor, face, principalmente, à máquina destruidora dos imperialismos estrangeiros. O objetivo último era a aplicação de uma política colonial progressista nos territórios colonizados e a manutenção da independência na metrópole.⁵⁵

Esta questão prende-se intrinsecamente com a noção por parte dos dirigentes do partido (e já demonstrada por Lenine em 1916) que Portugal era um país pouco desenvolvido e isso refletia-se também no campo ultramarino. O país era colocado no estado de “semicolonial” já que, ao mesmo tempo que era oprimido por uns, exercia o imperialismo sobre outros. No ano de 1943, o PCP admitia mesmo que o país era mais colonizado do que propriamente colonizador.⁵⁶

⁵³ L. C. «Hierarquia e Império», em *Ataque*, n.º9/10, Janeiro Fevereiro de 1963, pp.6-7., em Riccardo Marchi, *Império, Nação e Revolução – As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Alfragide, Texto Editores, 2009.

⁵⁴ Riccardo Marchi, *Império, Nação e Revolução – As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Alfragide, Texto Editores, 2009, p. 389.

⁵⁵ José Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta da China, 2008, p.136.

⁵⁶ *Ibidem.*, pp. 136-37.



Nesta altura, na idealização comunista, a defesa do Império Português não se opunha à defesa da autodeterminação dos povos. Pelo contrário, advogava a intensificação do desenvolvimento económico e social das colónias, bem como a orientação de esforços partidários para a construção de uma organização política no terreno. O objetivo seria a transformação das colónias em verdadeiras nações.⁵⁷

Seria somente na década de 50 que o discurso comunista se comprometeria definitivamente com os discursos nacionalistas anticolonialistas. Esta alteração foi suscitada pelos conflitos em torno dos territórios portugueses na Índia, que levaram a que o PCP reclamasse a autodeterminação desses povos em 1953 defendendo, em linha com a Conferência de Bandung (1955) a independência, liberdade e paz na região.⁵⁸

Bandung seria ainda a pedra de toque para a viragem do discurso comunista face às colónias portuguesas. Em 1957, no congresso do PCP, Jaime Serra, reclamava a entrada de África na «roda da história»⁵⁹. Estava identificada «uma nacionalidade nos povos colonizados, atribuída à sua vida social uma substantividade cultural particular e uma ontologia política específica».⁶⁰

Assim, notamos no PCP uma viragem definitiva em torno do progressismo tanto ideológico, como socio-económico e cultural, apartando-se definitivamente da manutenção do Império, elo que, até ao início da década de 50, o colocava em linha, apesar de com propósitos diferentes, com os nacionalismos de direita. A preocupação comunista passava, a partir deste momento, pelo investimento na “metrópole” em detrimento do império. O slogan “Portugal não é um País Pobre” face ao slogan do regime “Portugal não é um País Pequeno” refletia a visão comunista da necessidade de investimento económico e cultural no âmbito nacional face à visão imperialista ditada por Salazar e pelas direitas radicais. Assim, para o PCP do pós-53, Portugal era visto como uma nação não imperial.

NACIONALISMO PROGRESSISTA VS. NACIONALISMO DE TRADIÇÃO

Em jeito de conclusão, pode-se identificar nestes movimentos dois tipos de nacionalismo opostos: enquanto o PCP apresenta uma linha desenvolvimentista e progressista ligada ao conceito de nação, os movimentos radicais de direita caracterizavam-se por uma conceção tradicionalista do nacionalismo.

⁵⁷ *Ibidem.*, p.139.

⁵⁸ *Ibidem.*, p.141.

⁵⁹ *Cf. Ibidem.*, p.141.

⁶⁰ *Ibidem.*, p.142.



Ao longo das linhas previamente escritas, surgem no imaginário dos movimentos de esquerda e direita dois imaginários nacionalistas divergentes que concebem, respetivamente, um modelo de Estado-Nação centralizado voltado para o progresso socioeconómico e desenvolvimento cultural da população, e um outro tipo ideal de Estado-Nação baseado nos valores tradicionalistas, contrarrevolucionários, monárquicos e católicos.

Enquanto os movimentos da direita radical lutavam contra a forma de governo do regime e a forma como o regime governava a nação, acabavam por, no entanto, coadunar com o mesmo, fosse por interesses ligados à sua sobrevivência, ou pelo elogio à doutrina autoritária do Chefe. O seu receio seria o da modernização e tendências democráticas trazidas do exterior que colocassem em causa uma vertente autoritária que se quer totalizante. Esta questão está patente na forma como demonstram que a sua oposição se debruçava efetivamente sobre a questão democrática e os ideais comunistas, bem como na sua idealização da Nação-Império portuguesa.

Já o PCP, com uma estrutura mais organizada e que penetrava melhor na população, via-se confrontado com a necessidade da nacionalização dos seus ideais universais, principalmente no que diz respeito à questão do proletariado. No entanto o seu enfoque na necessidade da nacionalização da economia, unindo o rural ao urbano pelo incremento do desenvolvimento industrial, bem como a aculturação dos tempos de lazer, acabava por ilustrar o sucesso da causa nacional. Não obstante, é necessário compreender que a vertente internacional e universalista continuava patente no imaginário comunista português, quer pela globalidade da mensagem comunista, quer pelos elos de ligação que apresentavam com os seus homólogos de outros Estados.

Está também patente nos movimentos da direita radical que surgem após 1950 uma ideia universalista pautada pelo totalitarismo e pelo integralismo e ligada à causa imperial. Porém, esta permanecia retida num tempo já deposto e, por isso, incapacitada de qualquer continuidade.

Com o desmantelamento do Império Ultramarino e queda do regime autoritário, o movimento radical de direita morre, não porque lhe falta a forma, mas porque deixa de ter causa válida. A sua ligação ao regime, não deixa, muito provavelmente, de ser também uma causa patológica para o seu fado.

Já no que diz respeito ao Partido Comunista, podemos referir que, de facto, construiu um modelo nacionalista de oposição, dado que se fez sentir, tanto nos movimentos que projetou dentro das fronteiras nacionais, como na sua abordagem à questão colonial.



Assim, se o nacionalismo comunista constituiu um verdadeiro modelo de oposição ao regime, ao nacionalismo advogado pelos movimentos da direita radical não poderemos dar o rótulo de oposição efetiva. Apesar de muitas das suas ideias serem divergentes daquelas do Estado Novo salazarista, encontramos ligações factuais que permitem colocar a este nacionalismo um rótulo de semi-oposição.

Não obstante, identificam-se claramente, nestes dois imaginários, modelos nacionalistas que, no período estado-novista, construíram a diversidade no espectro político nacional, mostrando indubitavelmente que o ideal não morre enquanto a causa perdura.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Av. Elias Garcia, nº 123 – 7ºE
1050-098 Lisboa PORTUGAL
Telf. (00351) 21 820 88 75
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

Guardião, Ana Filipa «Nacionalismos de Oposição – Comunistas e Radicais de Direita no Período do Estado Novo Salazarista», *Working Paper #18*, Observatório Político, publicado em 17/10/2012, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.